

14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis

Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito

uff
Universidade
Federal
Fluminense

RESUMO EXPANDIDO

ACESSO À JUSTIÇA E RESIDÊNCIA JURÍDICA: A EXPERIÊNCIA DO CAJUFF NA PROMOÇÃO DA CIDADANIA EM CIDADES DO INTERIOR

José Antônio Callegari¹

Ana Luiza Calixto Souza²

Thainá Luisa da Silva Luz³

RESUMO:

O estudo examina o impacto social e acadêmico de iniciativas que integram programas de pós-graduação à residência jurídica em cidades do interior, tomando como estudo de caso o Centro de Assistência Jurídica da Universidade Federal Fluminense (CAJUFF), localizado em Macaé/RJ. Parte-se do reconhecimento de que, apesar das garantias constitucionais de 1988 assegurarem o acesso à justiça, o contraditório e a ampla defesa, populações hipossuficientes ainda enfrentam obstáculos significativos, especialmente em regiões com atuação limitada da Defensoria Pública e forte sobrecarga do Judiciário. Nesse contexto, o CAJUFF se destaca como mecanismo essencial para suprir lacunas do sistema, ao articular atendimento jurídico gratuito, formação prática e promoção de métodos não adversariais de resolução de conflitos.

Logo, tem como objetivo central analisar de que forma a integração entre a Residência Jurídica em Resolução de Conflitos (Pós-Graduação Lato Sensu da UFF – Macaé) e as atividades do CAJUFF contribui para a capacitação de profissionais voltados à conciliação e mediação, bem como avaliar os impactos sociais, acadêmicos e institucionais dessa experiência. Busca-se, ainda, discutir a relevância de políticas públicas que fortaleçam estruturas semelhantes em outras localidades do interior, ampliando a democratização do acesso à justiça.

Metodologicamente, trata-se de uma investigação qualitativa, fundamentada em estudo de caso. Foram analisados documentos institucionais, relatórios de atendimento, registros acadêmicos e literatura especializada sobre acesso à justiça e formação prática no Direito. Soma-se a isso a análise crítica da prática extensionista, considerando os efeitos da residência jurídica para a comunidade e para a formação profissional dos residentes.

Os resultados apontam que o CAJUFF desempenha papel estratégico na efetivação das garantias constitucionais em Macaé, ao reduzir a judicialização por meio da mediação e da conciliação, promovendo uma cultura de pacificação social. Para a população atendida,

¹ Universidade Federal Fluminense. Doutor. joseantonioallegari@id.uff.br.
<http://lattes.cnpq.br/6315272077158811>.

² Universidade Federal Fluminense. Pós-graduanda. analuizasouza@id.uff.br.
<http://lattes.cnpq.br/2266128867840268>.

³ Universidade Federal Fluminense. Pós-graduanda. tluz@id.uff.br.
<http://lattes.cnpq.br/6141363110240369>.

14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis

Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito

uff
Universidade
Federal
Fluminense

o centro garante acesso à informação jurídica, orientação qualificada e meios adequados de resolução de conflitos, fortalecendo a cidadania e atendendo demandas que o Estado não consegue suprir integralmente. No campo acadêmico, o CAJUFF forma profissionais mais críticos, sensíveis às realidades sociais e preparados para atuar de maneira ética e não adversarial.

Conclui-se que o modelo integrado do CAJUFF demonstra elevado potencial transformador e deve ser expandido e valorizado institucionalmente. Iniciativas dessa natureza fortalecem a função social da universidade pública, contribuem para um sistema de justiça mais inclusivo e promovem a construção de uma cultura jurídica comprometida com o diálogo, a cidadania e os princípios constitucionais de acesso à justiça.

Palavras-chave: Acesso à justiça; CAJUFF; residência jurídica; hipossuficiência; métodos alternativos.

DESTAQUES

- Acesso à justiça e as desigualdades: O estudo observa como desigualdades territoriais impactam a efetivação das garantias constitucionais de acesso à justiça.
- Cultura de paz: O estudo demonstra a aplicação concreta de métodos alternativos no cotidiano profissional.
- Universidade pública como agente de transformação social: O estudo contraria a visão de que seu impacto se limita ao ensino teórico.

DESENVOLVIMENTO

A Constituição Federal de 1988 representou um marco na consolidação dos direitos fundamentais no Brasil, estabelecendo como garantias essenciais o acesso à justiça, a ampla defesa e o contraditório. Apesar desses avanços, a realidade das cidades interioranas demonstra que grande parte da população hipossuficiente ainda encontra barreiras significativas para a efetivação desses direitos. A insuficiência estrutural da Defensoria Pública, o número reduzido de profissionais disponíveis e a sobrecarga do Poder Judiciário contribuem para um cenário de exclusão jurídica, especialmente em regiões onde o distanciamento geográfico e institucional reforça desigualdades históricas. Assim, embora a Carta de 1988 assegure direitos universais, a concretização deles permanece desigual, revelando um hiato entre previsão normativa e aplicabilidade prática.

14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis

Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito

uff
Universidade
Federal
Fluminense

Esse contexto evidencia a existência de um problema de pesquisa relevante, como iniciativas acadêmicas situadas no interior do país podem contribuir para a efetivação do acesso à justiça? A investigação busca compreender de que forma a integração entre programas de pós-graduação e residência jurídica se apresenta como estratégia eficaz para reduzir desigualdades no acesso ao sistema de justiça, ao mesmo tempo em que fortalece a formação prática e crítica dos futuros operadores do Direito.

A problemática se agrava quando observamos que, em cidades como Macaé-RJ, o crescimento populacional e as demandas sociais não foram acompanhados pela expansão proporcional de serviços jurídicos gratuitos. A carência de canais de orientação jurídica, a dificuldade de deslocamento até centros urbanos maiores e a ausência de políticas públicas consistentes reforçam o quadro de vulnerabilidade. Nesse cenário, muitos cidadãos sequer compreendem seus direitos, permanecendo excluídos dos mecanismos de proteção jurídica. É justamente nesse ponto que iniciativas universitárias como o CAJUFF - Centro de Assistência Jurídica da Universidade Federal Fluminense - se tornam fundamentais, ao aproximar a universidade da comunidade, criam-se pontes entre o conhecimento acadêmico e as necessidades sociais urgentes.

O CAJUFF, articulado à Pós-Graduação Lato Sensu Residência Jurídica em Resolução de Conflitos da UFF – Macaé, desempenha um papel singular. Trata-se de um espaço que integra ensino, pesquisa e extensão, oferecendo atendimento jurídico gratuito à população vulnerável enquanto capacita estudantes e residentes para atuar em métodos não contenciosos de resolução de conflitos, como conciliação e mediação. Esse modelo formativo alinha-se às transformações contemporâneas do sistema de justiça, que busca incentivar práticas conciliatórias e reduzir o acúmulo de processos judiciais.

O objetivo central da pesquisa é analisar o impacto social de iniciativas que conectam a pós-graduação com a residência jurídica em cidades do interior, especialmente em Macaé-RJ. Nesse contexto, destaca-se a atuação do CAJUFF enquanto instrumento de efetivação do acesso à justiça para pessoas hipossuficientes, examinando de que forma a residência jurídica integrada à Pós-graduação Lato Sensu Residência Jurídica em Resolução de Conflitos, oferecida pelo Departamento de Direito da UFF – Macaé

14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis

Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito

uff
Universidade
Federal
Fluminense

contribui para a formação de profissionais capacitados em métodos não adversariais de resolução de conflitos. Pretende-se, ainda, avaliar os impactos sociais e acadêmicos decorrentes do atendimento prestado pelo CAJUFF na cidade de Macaé e, por fim, discutir a relevância de políticas institucionais que promovam a valorização e a expansão de iniciativas semelhantes em outras localidades do interior, de modo a fortalecer a democratização do acesso à justiça e a função social da universidade pública.

A pesquisa adota abordagem qualitativa, apropriada para compreender fenômenos complexos que envolvem práticas sociais, percepções subjetivas e experiências institucionalizadas. O desenho metodológico baseia-se em estudo de caso, tendo o CAJUFF como núcleo de análise. Esse método permite examinar, em profundidade, as particularidades da iniciativa, sua estrutura, seus resultados e sua interação com a comunidade atendida.

Entre as fontes e procedimentos metodológicos utilizados, destacam-se a análise documental de relatórios de atendimento, registros acadêmicos, planos de ensino da residência jurídica, documentos institucionais da UFF e dados fornecidos pelo próprio CAJUFF e a revisão bibliográfica sobre acesso à justiça, métodos alternativos de resolução de conflitos, extensão universitária, ensino jurídico e políticas públicas voltadas à assistência jurídica gratuita, observação crítica das práticas extensionistas, com foco nos atendimentos realizados e na dinâmica de interação entre residentes e população assistida. Complementarmente, emprega-se análise crítica da prática extensionista, buscando compreender os efeitos da residência jurídica para a formação dos advogados e para a comunidade atendida.

Essa metodologia permite construir uma visão abrangente sobre o papel social do CAJUFF, correlacionando a experiência prática com reflexões teóricas e evidências empíricas.

A relevância científica da pesquisa reside, primariamente, em seu potencial de contribuir para o campo dos estudos sobre acesso à justiça e ensino jurídico. Ao analisar uma iniciativa concreta em uma cidade do interior, o estudo ultrapassa a dimensão teórica tradicional e se conecta a debates contemporâneos sobre o papel social das universidades

14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis

Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito

uff
Universidade
Federal
Fluminense

públicas, especialmente em contextos marcados por desigualdades. A investigação evidencia como a integração entre pós-graduação, residência jurídica e extensão universitária pode gerar modelos inovadores de formação profissional, alinhados às demandas reais da sociedade e às transformações do sistema de justiça brasileiro.

Do ponto de vista social, a pesquisa revela impactos diretos na vida de cidadãos que, de outra forma, permaneceriam excluídos dos processos formais de proteção jurídica. O CAJUFF opera como espaço de escuta qualificada, orientação jurídica e promoção de meios consensuais de solução de conflitos. Ao oferecer conciliação e mediação, contribui para reduzir tensões comunitárias, encurtar a duração dos conflitos e diminuir o número de processos que chegam ao Judiciário, favorecendo um sistema mais eficiente e humanizado.

Além disso, a atuação do CAJUFF fortalece a cidadania ao permitir que indivíduos compreendam seus direitos, participem ativamente de decisões que impactam suas vidas e desenvolvam confiança nas instituições públicas. Essa função educativa é fundamental para romper ciclos de vulnerabilidade jurídica, ampliar o senso de pertencimento social e promover uma cultura de paz.

Para os estudantes e residentes, o impacto é igualmente significativo. A vivência prática possibilita o desenvolvimento de competências que dificilmente seriam consolidadas apenas em sala de aula: sensibilidade social, postura ética, capacidade de negociar conflitos, compreensão da diversidade de narrativas e adaptação a demandas complexas. Forma-se, assim, uma nova geração de profissionais preparados para atuar não apenas como operadores do Direito, mas como agentes de transformação social.

Por fim, a relevância política da pesquisa se manifesta ao apontar a necessidade de investimentos públicos e institucionais que permitam a ampliação de iniciativas como o CAJUFF em outras regiões. Fortalecer centros universitários de assistência jurídica significa fortalecer a democracia, reduzir desigualdades estruturais e consolidar o papel social da universidade pública brasileira.

14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis



Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito

uff
Universidade
Federal
Fluminense

REFERÊNCIAS

CAPPELLETTI, Mauro e Garth, Bryant – 1988 – **Acesso à Justiça**, Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor.

CELMER, Elisa Girotti; ORTIZ, Milena Faustino. *O estudo do relatório “O Poder Judiciário no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres no curso de residência jurídica da Universidade Federal do Rio Grande*. In: AQUINO, Luseni;

ALENCAR, Joana; STUKER, Paola (orgs.). **A Aplicação da Lei Maria da Penha em Cena: atores e práticas na produção de justiça para mulheres em situação de violência**. v. 1. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2021. p. [indicar a(s) página(s) do capítulo]. DOI: 10.38116/9786556350240art3. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/0086dc7d-8ee8-4d10-9b3b-da9dad28ac9f/content>. Acesso em: 3 out. 2025.

DELLORE, Luiz. **Teoria Geral do processo contemporâneo/André Pagani de Souza**. 3 ed. rev, atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2018.

MACAÉ. Prefeitura Municipal. **Centro de Assistência Jurídica da UFF Macaé funciona na Cidade Universitária**. Macaé, 16 mar. 2022. Disponível em: <https://macae.rj.gov.br/noticias/leitura/noticia/centro-de-assistencia-juridica-da-uff-macaé-funciona-na-cidade-universitaria>. Acesso em: 3 out. 2025

SADEK, Maria Tereza Aina. Acesso à justiça: porta de entrada para a inclusão social. In: LIVIANU, Roberto (coord.). **Justiça, cidadania e democracia** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009. p. 170-180. ISBN 978-85-7982-013-7. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 3 out. 2025.